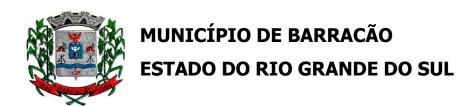


PROJETO DE LEI N° 13, DE 13 DE ABRIL DE 2023

Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar valores a entidade da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, para consecução de atividades de finalidade e interesse público, até o limite fixado.

- **Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar termo de fomento, com entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos, objetivando o repasse do valor abaixo descrito, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações, a saber:
- **I** Associação Camponovense de Apoio aos Deficientes Auditivos e Visuais (ACADAV): R\$ 10.035,04 (dez mil trinta e cinco reais e quatro centavos), a ser financiado pelo Tesouro Municipal.
- **§ 1º** A liberação do valor estipulado no inciso I do presente artigo será feita na ordem de R\$ 1.254,38 mensais, em oito parcelas sucessivas, sendo que os pagamentos dar-se-ão até o dia 10 de cada mês, sendo que os pagamentos dar-se-ão preferencialmente até o dia 10 de cada mês, a iniciar-se em maio e findar-se-ão em dezembro de 2023.
- **§ 2º** Os recursos financeiros de que dispõe este artigo serão destinados ao pagamento de despesas realizadas e atinentes ao custo com tratamento de pessoas com deficiência visual no município, proporcionando orientação e mobilidade autônoma aos usuários.
- **Art. 2º** Para a entidade supramencionada no inciso I do art. 1º, que passará a ser regida pela Lei Federal nº 13.019/2014, fica dispensado o chamamento público, consoante nos arts. 31 e 32 do mesmo diploma legal.
- **Art. 3°** Para o cumprimento do objeto do termo de fomento, fica autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar o valor descrito, na forma do termo de fomento a ser firmado.
- **Art. 4º** As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

0501 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO 1420 – AUXÍLIO A ACADAV 335041000000 – CONTRIBUIÇÕES



- **Art. 5º** A Prestação de Contas dos recursos recebidos será instruída dos seguintes documentos:
- a) Ofício ao Prefeito Municipal encaminhando a Prestação de Contas;
- b) Balancete Financeiro, no qual restem demonstradas as entradas e saídas;
- c) Cópia do comprovante de pagamento referente à prestação de serviços de profissionais;
- d) Extrato bancário da conta especial destinada ao recebimento dos recursos de que trata a presente Lei.
- **Art. 6º** As disposições da presente Lei ficam inclusas na Lei do Plano Plurianual e na LDO do presente exercício.
 - Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barração, 13 de abril de 2023.

ALDIR ZANELLA DA SILVA,

Prefeito Municipal.



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO PROJETO DE LEI Nº 13, DE 13 DE ABRIL DE 2023

Colenda Câmara de Vereadores,

Apraz-nos cumprimentá-los e, na oportunidade, repassar o incluso Projeto de Lei, para análise e apreciação de Vossas Excelências em Sessão Extraordinária.

O presente Projeto de Lei visa o atendimento de crianças portadoras de necessidades especiais, em especial aqueles com deficiência visual, sendo que a instituição ora parceira já possui longa experiência nesta área, e dará as crianças atendimento especializado na leitura pelo método braile, convívio com outras pessoas que estão na mesma situação e que lhes ajudarão a ser inserido na comunidade.

É importante ressaltar que o repasse também tem a finalidade de estimular as crianças do município, uma vez que ajudará a seguir a vida com independência.

Neste norte, a autorização legislativa se faz necessária, haja vista que o repasse será realizado conforme dispõe o art. 31 e 32 da Lei Federal nº 13.019/2014, dispensando a publicação de editais.

Sendo o que se apresenta para o momento, reafirmamos a convicção de que tal proposição seja merecedora de análise e aprovação dos nobres Legisladores, manifestando nossos sentimentos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

ALDIR ZANELLA DA SILVA,

Prefeito Municipal.